

Ulysses propõe

26 JAN 1987

definir logo

o regimento

As reuniões para discussão da minuta da proposta do PMDB de regimento da Constituinte e escolha da presidência da comissão responsável pela elaboração do projeto terão início hoje, em São Paulo, na casa do deputado paulista Fernando Gaspariani, e prosseguirão durante esta semana. A reunião inicial foi realizada ontem, em almoço na casa do ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, com a presença do presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, e dos deputados Bernardo Cabral (PMDB-AM), Fernando Gaspariani (PMDB-SP) e Heráclito Fortes (PMDB-PI).

Segundo o deputado eleito Bernardo Cabral, na reunião de hoje serão discutidas as diretrizes do regimento e quais as medidas a serem adotadas. Informou que durante o almoço não foi sugerido nenhum nome para compor a comissão encarregada de elaborar o regimento da Constituinte, o que será discutido posteriormente. No almoço também foi analisada a campanha do deputado Ulysses Guimarães para a presidência da Câmara. Segundo Bernardo Cabral, as perspectivas são otimistas quanto à reeleição do de-

putado. "Todos estão seguros. A minha posição pessoal é de segurança absoluta", disse.

Bernardo Cabral acrescentou não ter sido feita nenhuma avaliação sobre a posição do PFL em relação à candidatura de Ulysses, "por falta de representantes. Os entendimentos continuam, não se esgota o repertório de conversas", afirmou. De acordo com o deputado, também não foi cogitado nenhum nome para a composição da chapa oficial encabeçada por Ulysses Guimarães.

Ao chegar em sua casa por volta de 18h20 e após ter negado primeiramente ter participado de encontros para discutir a campanha, o deputado Ulysses Guimarães classificou o domingo como sendo "de muito trabalho". Durante a tarde, Ulysses Guimarães fez uma visita "de cortesia" ao presidente do PDS, Jarbas Passarinho, preferindo não adiantar nada do que foi conversado. O presidente da Câmara disse estar "muito tranquilo e seguro" quanto à sua reeleição e reservará o dia de hoje "para conversas com os deputados que estão chegando", na Câmara dos Deputados.

PMDB pede espaço no DF

A executiva do diretório regional do PMDB do DF e a sua bancada eleita por Brasília vão encontrar-se hoje, às 16h, com o deputado Ulysses Guimarães, para entregar-lhe o documento aprovado no sábado, em que o partido exige maior participação no Governo do Distrito Federal.

O documento, aprovado após mais de quatro horas de discussão, afirma a intenção do PMDB de procurar "assumir na estrutura político-administrativa do GDF sua responsabilidade de partido majoritário, conquistada nas urnas". Segundo o presidente do diretório regional do PMDB, Milton Seligman, já existe uma comissão elaborando uma minuta com propostas para a atuação do partido neste sentido, que deve ficar pronta ainda esta semana.

Seligman observa que a implementação, no Distrito Federal, das linhas de ação política e governamental do partido, definidas na reunião dos governa-

dores eleitos pelo PMDB, deve partir dos órgãos administrativos do GDF. "E por isso que buscamos maior participação à frente destes órgãos", afirma Seligman.

O documento também ressalta a determinação do partido de lutar pela completa autonomia política do Distrito Federal, ou seja, pelas eleições diretas para governador, deputados estaduais, prefeitos e vereadores para as satélites, mas só no próximo ano. "Este ano não, tem a Constituinte aí", justifica Seligman.

Na sua opinião, a reunião de sábado foi muito importante por mostrar a unidade do partido "neste período difícil que atravessamos". Seligman observa que, a despeito de toda a polêmica havida na reunião — em que não faltaram as posições radicais, como a do deputado Múcio Athayde, que chegou a pedir a cabeça do governador José Aparecido — o documento foi aprovado por aclamação.

ANC 88

Pasta 20 a 30

Jan/87

097

Maciel quer Senado e Câmara atuantes

A substituição da Câmara e do Senado por uma ou duas comissões representativas durante o funcionamento da Assembleia Constituinte é "politicamente inviável e juridicamente comprometedor", na opinião do chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Marco Maciel. Para o ministro, razões políticas e jurídicas recomendam que os trabalhos da Assembleia mereçam prioridade, mas não exclusividade.

A inviabilidade política de formar comissão ou comissões para tratar da legislação ordinária é determinada, na avaliação de Maciel, pela disposição de todos os parlamentares em exercerem por inteiro suas atividades.

— Como é que um parlamentar justificaria aos eleitores sua ausência dos trabalhos da Câmara e do Senado? — questiona o ministro — lembrando que muita gente ficaria fora de uma ou mesmo de duas comissões representativas.

— Quem se dispõe a abrir mão de qualquer atribuição e prerrogativa que a Constituição lhe reserve, insiste em perguntar Maciel para repetir a opinião de que é politicamente inviável a manutenção da Câmara e do Senado em recesso, como propõe o deputado Ulysses Guimarães e querem alguns parlamentares.

Ao contrário dos parlamenta-



Maciel defende Congresso

res, que identificam na Câmara e no Senado uma nova mentalidade produzida pelas eleições do ano passado, o chefe do Gabinete Civil continua a ver nas duas Casas grande resistência à suspensão das atividades regulamentares do Congresso.

— Todos sabem que foram eleitos para a Câmara ou para o Senado e para a Constituinte. E querem ser deputados ou senadores e constituintes — atesta Maciel. Ele não aposta mas estima que essa é a vontade da maioria.

Paralelamente à inviabilidade política, o ministro aponta dificuldades jurídicas que considera intransponíveis para a substituição da Câmara e do Senado por comissão ou comissões.